

A Covid-19 nos Marajós: reflexões sobre territórios negros e educação

Gisele Joicy da Silva Guimarães¹ 

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães² 

Resumo

Abordamos a pandemia da Covid-19 e os seus impactos na Amazônia marajoara, contemplando os aspectos socioespacial e racial, para então pensarmos sobre os desafios impostos às políticas educacionais na região. Esta pesquisa é exploratória, pautada em levantamento bibliográfico e documental. Iniciamos tratando das proporções da pandemia, pensando sobre os seus impactos em territórios negros. Em segundo lugar, sobre a Amazônia e o Marajó, as suas pluralidades e o quadro social da infância marajoara em tempos de isolamento. Por fim, tecemos reflexões sobre a importância desse território ser pensado em suas especificidades, compreendendo a sua diversidade e a (re)existência das comunidades e sujeitos negros, incluindo os profissionais que constroem a educação nos Marajós.

Palavras-chave: Marajó; Educação; Tecnologia.

Abstract

Covid-19 in Marajós: reflections on black on territories and education

We approach the COVID-19 pandemic and its impacts on the Marajoara Amazon, contemplating socio-spatial and racial aspects, so that we can think about the challenges imposed on educational policies in the region. This research is exploratory, based on a bibliographical and documental survey. We started, dealing with the proportions of the pandemic, thinking about its impacts on black territories. Second, about the Amazon and Marajó, their pluralities and the social framework of Marajoara childhood in times of isolation. Finally, we reflect on the importance of this territory being thought of in its specificities, understanding its diversity and the (re)existence of black communities and subjects, including professionals who provide education in the Marajós.

Keywords: Marajó; Education; Technology.

Resumen

Covid-19 en Marajós: reflexiones sobre territorios negros y educación

Abordamos la pandemia del COVID-19 y sus impactos en la Amazonía marajoara, contemplando aspectos socioespaciales y raciales, para luego pensar en los desafíos impuestos a las políticas educativas en la región. Esta investigación es exploratoria, basada en un levantamiento bibliográfico y documental. Empezamos, lidiando con las proporciones de la pandemia, pensando en sus impac-

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Marajó, PA, Brasil.

tos en los territorios negros. En segundo lugar, sobre la Amazonía y Marajó, sus pluralidades y el entramado social de la infancia marajoara en tiempos de aislamiento. Finalmente, reflexionamos sobre la importancia de que este territorio sea pensado en sus especificidades, comprendiendo su diversidad y la (re)existencia de comunidades y sujetos negros, incluidos los profesionales que brindan educación en Marajós.

Palabras clave: Marajó; Educación; Tecnología.

Introdução

No final de 2019, foram verificados indícios de um novo vírus na cidade de Wuhan, na província de Hubei, China, desencadeando diversos casos de pneumonia por causas desconhecidas. Após a análise do material genético, foi constatado que se tratava de um novo betacoronavírus, que, com o tempo, passou a ser designado como SARS-CoV-2, do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome Corona virus 2* (Fundação Osvaldo Cruz, 2020a). Até então, nesse contexto, a ideia de um efeito direto do avanço da Covid-19 estaria restrita ao campo da saúde, enquanto algo tão somente biológico. Porém, em pouco tempo, esse vírus tomou proporções mundiais, revelando as desigualdades e a divisão de classes (Davis, 2020).

No mês de fevereiro de 2020, foi oficialmente confirmado o primeiro caso de pessoa infectada pelo novo coronavírus no Brasil, para, então, no mês de março, ser evidenciado o alastramento de uma pandemia de ordem global em regiões periféricas. No entanto, o contexto pandêmico, de maneira dinâmica, foi revelando o seu caráter desigual, cujo principal alvo eram as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fato que reforçou a necessidade de abordagens que problematizem a relação entre os óbitos causados pela Covid-19 com os marcadores sociais como classe, raça, gênero e sobretudo território. Os sujeitos que vivem em situação de pobreza são e sempre serão os principais atingidos por epidemias, considerando-se fatores como a falta de alimentação adequada e a forte tendência de exposição a situações de risco nos processos de trabalho, mas, principalmente, situações decorrentes das diferenciações territoriais, como, por exemplo, o não acesso ao saneamento básico adequado.

De acordo com Harvey et al. (2020), na retórica “estamos todos juntos”, está contida mais uma forma de camuflar as “práticas sinistras” colocadas por determinados governos nacionais. É importante destacar que o vírus em questão teve alto desempenho, então agravado por uma política de morte que já vinha sendo executada,

ou seja, a Covid-19 tão somente fortaleceu esse processo. Vidas foram perdidas pelo vírus SARS-CoV-2, mas também pela fome, agudizada pelo desemprego e outras pela violência que continuou atingindo os corpos negros nas periferias.

Em maio de 2020, em pleno auge pandêmico da Covid-19, assistimos a diferentes mobilizações no mundo em torno do movimento *Black Lives Matter*, retomado com mais força diante da morte cruel de George Floyd. No Brasil, nomes como o do adolescente João Pedro e do menino Miguel, de cinco anos, passaram a ressoar nas ruas e meios de comunicação como tristes exemplos de que crianças negras, mesmo em isolamento social, continuam sendo violentadas e dizimadas por um racismo que se faz estrutural num país que tem 56% da sua população se autodeclarando preta e parda, ou seja, negra (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Dessa forma, considerando estas linhas, no presente artigo abordamos sobre a pandemia da Covid-19 e os seus impactos na Amazônia marajoara, contemplando os aspectos socioespacial e racial, para pensarmos sobre os desafios impostos às políticas educacionais da região, visando compreender de que forma as dificuldades enfrentadas são expressão do racismo estrutural e ambiental a que os chamados territórios negros estão propensos. Nos guiamos pelos seguintes questionamentos: I) Como este contexto de privações e isolamento se deram em territórios como o da Amazônia marajoara, envolvida por dinâmicas dos rios e florestas que influenciam diretamente na mobilidade dos sujeitos que vivem nela? e II) Como se deu a modalidade de ensino remoto nos municípios do Marajó?

Esta pesquisa é exploratória, pautada em levantamento bibliográfica e documental. Inicialmente, contextualizamos o cenário educacional em meio à crise sanitária e humanitária da Covid-19, tomando como consideração os profissionais envolvidos e as infâncias negras. No segundo momento, tratamos sobre a Amazônia e a pluralidade do Marajó, apresentando os desafios enfrentados pela sua população, que em sua maioria é negra e atingida por diferentes formas de manifestação da pobreza e violência, que existiam antes mesmo do avanço da Covid-19. Por fim, indicamos reflexões que nos direcionam a um entendimento sobre a importância deste território ser pensado em suas especificidades territoriais, compreendendo a sua diversidade e a (re)existência de populações e comunidades negras, bem como dos profissionais que constroem e efetivam a educação nos Marajós.

Contexto socioespacial do território negro marajoara e os impactos da Covid-19

Agenor Sarraf Pacheco (2011), em “E o negro se vestiu de índio”, trata da existência de identidades afroindígenas no território marajoara enquanto produtos das assimilações, mediações e trânsitos culturais entre pessoas africanas e indígenas que deram origem às populações locais. Para Pacheco (2011), desta mescla nasceram as fazendas, quilombos e mocambos, além dos saberes e culturas³.

Os modos de produção praticados na Amazônia até os anos de 1960 não eram orientados por uma economia de mercado. À época, destacavam-se formas autônomas provindas do relacionamento entre o habitante e o ambiente natural, algo muito mais próximo de um extrativismo de subsistência indígena e quilombola (ligadas às diásporas indígenas e africanas no Marajó) (Pacheco, 2023). Como parte dos eventos, destaca-se o genocídio humano e cultural de indígenas que viabilizaram a estratégia de ocupação territorial, posto que nunca fez parte da intenção colonial distribuir a riqueza advinda dos ciclos de exploração dos recursos naturais para as aglomerações humanas tradicionais ou desenvolver soluções logísticas e tecnológicas que viessem a consolidar uma qualidade de vida para as populações da floresta.

Contudo, assumir que os ciclos econômicos possam ter alterado as relações sociais tradicionais não significa afirmar que os modos de vida tradicionais tenham sido extintos por completo, mas, em síntese, foram apagados e silenciadas pelo ponto de vista da adoção da estratégia de amnésia coletiva em solo amazônico ao negar protagonismo histórico a indivíduos não brancos (Bento, 2002; Cardoso & Muller, 2017).

A ocupação do Marajó é parte do retrato do avanço das novas fronteiras do capital para o oeste, sendo algo perceptível nos assentamentos às margens de estrada, no encontro de rios, ou no inchaço urbano de cidades mais antigas (Castro, 2008), que aponta para um urbano que está vinculado a um padrão eurocentrado; cidades “idealizadas” a partir do padrão colonizador.

Conflitos socioterritoriais ainda perduram nos dias de hoje, consequências do processo (intencional) de racialização espacial, uma das facetas (ou dimensionalidade)

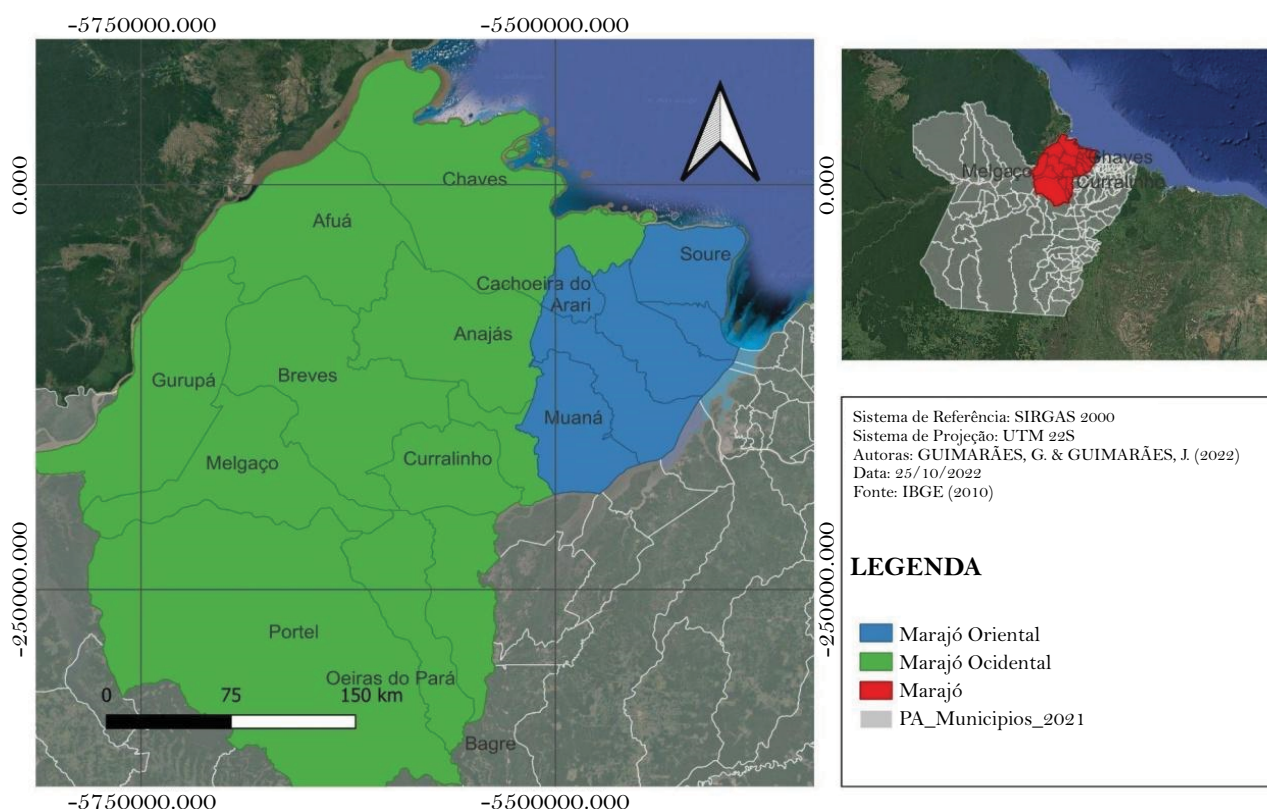
³ Nas palavras de Pacheco: “[...] para persistir com memórias de seus saberes e tradições, índios, negros e seus descendentes, em condições adversas de vida, misturaram seus corpos, almas, sentimentos e culturas, forjando uma nova identidade cambiante em territórios da “diferença colonial” (2011, p. 3).

do racismo, no caso, racismo ambiental, em que as identidades, valores e culturas de etnias não brancas foram e são oprimidas pela universalização eurocêntrica. Da imposição da subjetividade e da particularidade do indivíduo branco. Gerando, assim, efeitos cruéis acentuados pela pandemia da Covid-19.

Como as dinâmicas urbanas dentro do Marajó são distintas, convencionou-se dividir em: Marajó Oriental e Marajó Ocidental. O primeiro, com dinâmica urbana bastante influenciada pela capital paraense, é composto pelos municípios de Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; enquanto o segundo é composto pelos municípios de Chaves, Afuá, Anajás, Bagre, Gurupá, Breves, Melgaço, Portel, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista (Guimarães, 2021). Sendo que, recentemente, especificamente no mês de janeiro de 2022, o governador do estado do Pará assinou o decreto que retira Oeiras do Pará da região de integração do Tocantins para incluí-lo no Marajó, alcançando assim, ao todo, 17 municípios marajoaras (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos Marajós.

Mapa de Localização: Marajós do Ocidental e Oriental



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de IBGE (2010).

Como é possível observar na Figura 1, a maioria dos municípios se encontram no Marajó Ocidental, enquanto o Marajó Oriental compreende uma pequena parcela, estando próximos da capital paraense. O tempo dos deslocamentos, no modal marítimo, para a porção Ocidental é de, aproximadamente, 14 horas e para a Oriental, em torno de 3 horas. Os dados populacionais descritos no Caderno Técnico elaborado e divulgado pelo Observatório do Marajó aponta que, no ano de 2020, na época com 16 municípios, estimava-se que dos 564.199 habitantes, cerca de 72,62% localizavam-se na parte Ocidental do arquipélago e, na parte Oriental, 32,10%.

O Marajó, como um todo, é um território negro em que o percentual para a existência de população negra varia entre 78% e 90%. Os municípios da parte Oriental mais populosos no que se refere a uma população negra, com destaque para Cachoeira do Ariri, Salvaterra e Soure. Estes dois últimos, inclusive, apresentam um processo político mais desenvolvido quanto ao reconhecimento e preservação de territórios étnicos, constando o reconhecimento oficial de quilombos. Importante indicar que, dos seis municípios que compõem o Marajó Oriental, 10.042 habitantes se autodeclararam quilombolas no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023, enquanto que, nos 11 municípios do Marajó Ocidental, verificamos o total de 10.401, sendo que 3.500 pertencem ao recém-município incluído na região de integração marajoara, Oeiras do Pará, que pertencia à região tocantina e que se destaca pelo acentuado número e histórico quilombola⁴.

Neste mesmo levantamento identificamos que, nos municípios de Chaves, Afuá, Anajás, Breves, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista, não há sequer um habitante que tenha se autodeclarado quilombola. Fator que nos permite compreender os impactos da ausência de políticas públicas e ações que visem fortalecer as memórias das ancestralidades africanas e indígenas na região.

Pacheco (2023), ao tratar sobre a história da Amazônia marajoara, destaca que o Marajó foi a porta de entrada do negro africano na Amazônia e assim desmitifica a compreensão de que, na região, as heranças culturais, as memórias, os hábitos e a arte marajoara tenham tido somente influências das populações indígenas, quando, na verdade, devemos nos atentar que neste território o existir marajoara se constitui

⁴Mais informações detalhadas na matéria do G1 Economia intitulada “Censo do IBGE: 110 cidades concentram metade da população quilombola do Brasil”; veja quais são dados inéditos sobre população quilombola no país foram divulgados nesta quinta-feira (27) pelo IBGE. Mais de 1,3 milhão de brasileiros se autodeclararam quilombolas”, escrito por Clara Velasco (2023).

no encontro entre indígenas e negros africanos. Deste modo, considerando os fluxos históricos e sociais, observamos que o Marajó se constitui em um território negro, concentrando sujeitos que são diretamente atingidos pela vulnerabilidade social e pela falta de equipamentos urbanos que ainda não alcançam uma população diversa. Contexto caracterizado por diferentes demandas junto às políticas públicas, não alcançando pretos e pardos que vivem em áreas, destacadamente, periurbanas, sendo espaços de transição que articulam funções urbano-rurais, que são as periferias das áreas urbanas, assim como da área rural, que concentram comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Conforme dados do IBGE do ano de 2010, a população urbana do Marajó representava 40%; a população rural, 60%, em sua maioria constituída por homens (52%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). São assentamentos humanos precários que carecem de serviços de abastecimento de água e não dispõem de meios para garantirem para si condições dignas de moradia, como banheiros privativos.

O município de Breves é o maior em termos de população urbana (50%), seguido por Santa Cruz do Arari (48,98%). Chaves figura como sendo a menor aglomeração com 12,20%. No arquipélago do Marajó existe uma concentração expressiva de estratos sociais mais vulneráveis. Na porção Oriental, cerca de 67,19% de sua população possuía rendimentos entre 0 e 1 salário-mínimo. Em termos relativos, este estrato se encontrava também concentrado no Marajó Ocidental, em torno de 73,01% da população para o mesmo ano. Deste cenário, o município de Soure apresentava a menor recorrência, então com 62,28% da população em situação de vulnerabilidade econômica. Da porção ocidental, o município de Melgaço apresenta a maior ocorrência de pessoas vulneráveis em termos econômicos, com 78,84% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

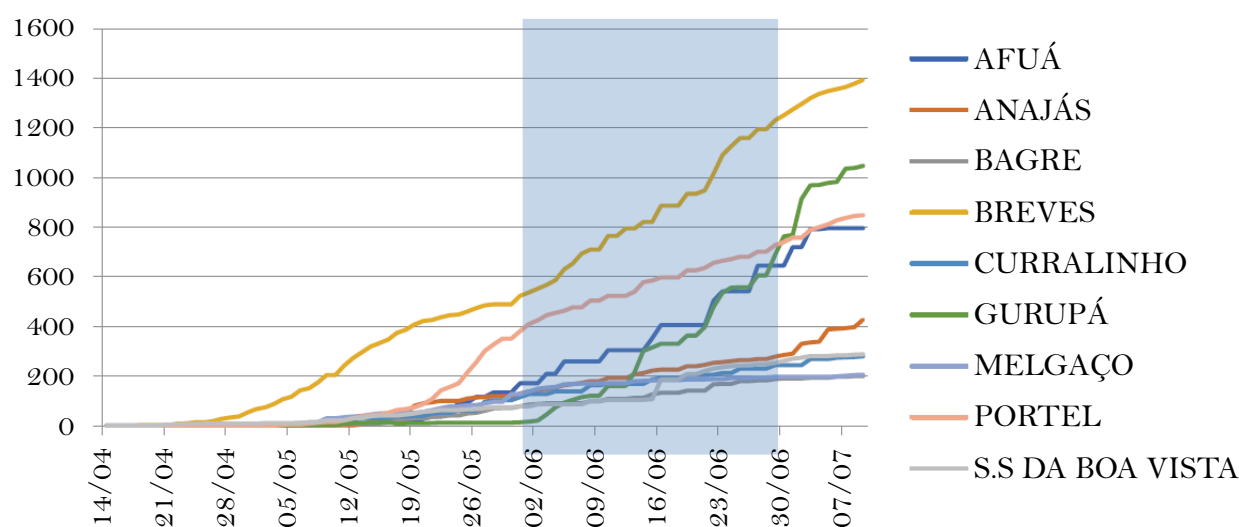
Os dados estatísticos, nesse sentido, apenas confirmam as leituras socioespaciais de que no Marajó a produção espacial ao estar associada aos ciclos econômicos, seja do passado ou do presente (em curso), tendem a aprofundar as diferenciações espaciais entre os municípios que compõem o arquipélago. Sendo assim, o esforço investigativo de identificar e captar a diversidade dentro do arquipélago do Marajó nos direciona a compreender a existência de uma rede urbana fragmentada, que, paradoxalmente, está interligada em diferentes escalas a partir das dinâmicas dos rios, numa espécie de microrredes espaciais.

As vidas e corpos infantis marajoaras em tempos da Covid-19

A pandemia da Covid-19 escancarou a estrutura desigual com que a nossa sociedade se perpetua, deixando de ser um vírus com propensão a atingir somente corpos idosos, para então ser uma doença que atingiria corpos fragilizados pela falta de saneamento básico, pela ausência de uma moradia adequada, pela frágil estrutura de saúde pública e, por fim, pelos corpos fatalmente atingidos pela fome. Além de representar um grande desafio associado à distância em termos espaciais e ao acesso tecnológico, sendo este último um componente importante para o enfrentamento das mazelas e conflitos acirrados tanto na esfera doméstica quanto nos espaços públicos como um todo.

O Marajó foi gravemente atingido pelo vírus em abril do ano de 2020 (Figura 2). Os dados até então divulgados pelos boletins epidemiológicos de prefeituras municipais indicavam que apenas em um mês os casos confirmados haviam aumentado em 155%, o que correspondia a 125 casos por dia, conforme levantamento realizado pela equipe do Museu Emílio Goeldi, em sua terceira publicação da campanha Marajó Vivo. A situação da pandemia da Covid-19 no Marajó, no mês de junho de 2020, demonstrava que as situações mais graves da doença estavam localizadas em municípios da porção Ocidental do Marajó, como Gurupá, Portel e Breves. Como pode ser observado em estudo desenvolvido Vieira et al. (2020), que indica as curvas ascendentes e acentuadas (Figura 2).

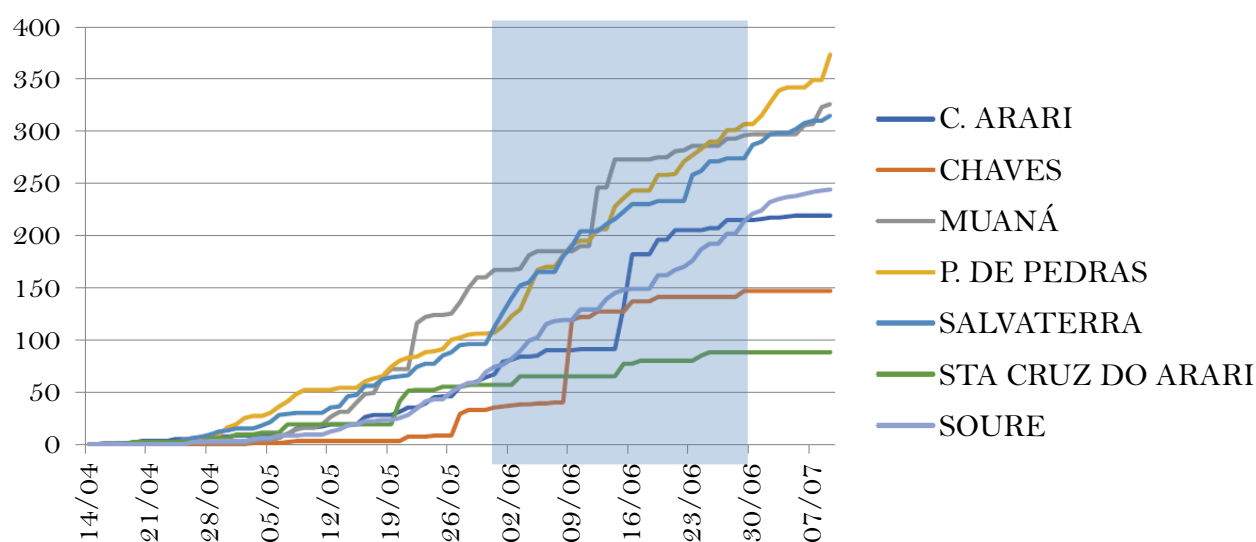
Figura 2 – Curvas acumuladas de casos confirmados de Covid-19 no Marajó Ocidental entre os dias 14 de abril e 9 de julho de 2020, conforme dados levantados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.



Fonte: Vieira et al. (2020).

Nos municípios de Breves e Portel, no mês de junho (área sombreada na Figura 2), o número de óbitos havia crescido de 125 casos por dia para 173 casos, incremento de 38,40%. O menor número de casos ocorreu no município de Bagre (Figura 3). Do lado Oriental, a disseminação se desenvolveu de maneira mais branda em comparação ao Marajó Ocidental, em que as curvas maiores e crescentes foram registradas nos municípios de Ponta de Pedras, Muaná e Salvaterra. Sendo que no mês de junho, o município com menor ocorrência foi Santa Cruz do Arari, ainda que sua taxa de letalidade tenha aumentado de 41 óbitos para 52 naquele mesmo mês (área sombreada) (Vieira et al., 2020).

Figura 3 – Curvas acumuladas de casos confirmados de Covid-19 no Marajó Oriental entre os dias 14 de abril e 8 de julho de 2020, conforme dados levantados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.



Fonte: Vieira et al. (2020).

As infâncias sofreram muito com a pandemia, mas pouco falamos sobre os seus rebatimentos, em decorrência da intercessão entre a gerofobia/etarismo e o adultocentrismo. Fala-se em gerofobia, pois em nossa sociedade a morte de pessoas idosas liga-se a ideia de corpos descartáveis, enquanto o adultocentrismo se manifestou justamente no simples ignorar dos sentimentos de crianças, haja vista que existe um discurso comum de que ser criança é fácil, simples e de que na infância não existem motivos para estresses e sofrimento.

Faz-se fundamental a compreensão sobre a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas para as infâncias, diante do fato de que, independentemente do número populacional que crianças representam na sociedade e de que a sua existência seja transitória, eles sempre serão presentes em nossas vidas, nas comunidades e nas cidades, pois a infância é estrutural (Corsaro, 2011).

Conforme dados do IBGE do ano de 2010, o município de Melgaço, em relação a sua população total, possuía o maior percentual de pessoas na faixa etária entre 0 e 14 anos que, em números absolutos, correspondia a 11.406. Em 2020, sua população na faixa etária de 0 a 6 anos, entendida como primeira infância, era de 3.776 habitantes. Atualmente, a população aumentou em torno de 13% ao longo desses mais de dez anos, passando para 12.871 habitantes entre 0 e 17 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010; 2023).

Em números absolutos, a maior população infantil está no município de Breves. No ano de 2010, esta parte da população representava 43% do total, isto é, 40.097 habitantes de 0 a 14 anos. Sendo que para o ano de 2020, 12.676 habitantes eram da faixa etária de 0 a 6 anos. Atualmente, Breves possui 44.541 habitantes de 0 a 17 anos; deste total, 67% são do gênero feminino entre 0 e 11 anos e 33% são adolescentes de 11 a 17 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010; 2023). Destaca-se quanto à população infantil que, em termos relativos, apresenta maior quantitativo populacional de pessoas entre 0 e 14 anos, com 45,98% para o ano de 2010.

No Marajó Oriental, em relação à população total, o município de Chaves apresenta a maior ocorrência de habitantes entre 0 e 14 anos para o ano de 2010, conforme IBGE (2010), na época com 41% (8.412). Já em números absolutos, o município de Muaná apresentava maior população entre 0 e 14 anos, com 13.050 habitantes.

A pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em julho de 2020, demonstrava que os lares com crianças e adolescentes tiveram uma diminuição significativa de renda. Constata-se esta que para os Marajós representava uma grave crise. No primeiro semestre de 2020, a cidade marajoara com maior número de casos de Covid-19 foi Breves, com maior população dentro do arquipélago e registrando o maior índice do país. Na época, inclusive, não havia no Brasil ou no mundo um quadro avançado de contaminação, registrando um índice de 25% da população do referido município (Brasil, 2020b).

Conforme dados disponibilizados pelo Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Breves, nos anos de 2020 houve o registro de 280 casos de COVID-19 atingindo criança de 0 a 12, enquanto que, em 2021, foram 88 e em 2022, correspondendo a 106 casos, sendo que se tratam somente dos primeiros 4 meses. Entre adolescentes teriam sido 158 casos em 2020, 80 em 2021 e 92 em 2022. Quanto aos óbitos, houve o registro da morte de uma criança no ano de 2021 (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2022)

Salientamos que não tivemos acesso aos dados anteriores a fim de identificarmos uma recorrência, aumento ou estabilidade. Contudo, cabe destacar que, a partir de experiências decorrentes de sete anos de atuação na região, por parte de uma das autoras, é importante problematizar as fragilidades institucionais no que se refere a subnotificações, bem como de sistematização e divulgação de dados quanto aos casos de violações de direitos humanos no Marajó, em especial do Marajó Ocidental. Logo, refletir sobre o quadro marajoara em tempos de pandemia da Covid-19, em que ficamos trancados em nossas casas, os casos de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes não cessaram e que apesar destes registros, que se referem a uma parte do Marajó, devemos nos questionar e pensar sobre os casos que se omitiram e ficaram entre as sombras nas memórias de cada sujeito que vive a infância nas comunidades ribeirinhas e quilombolas marajoaras.

Os desafios e perspectivas da educação em território negro marajoara

Quanto à educação, de uma hora para outra, professores, pais e alunos tiveram que aprender a lidar com o distanciamento social ao adotarem um novo modelo de ensino, improvisado, que fazia grande uso de computadores, *tablets*, *smartphones* que requerem um potente sinal de *internet* ou, no mínimo, um pacote de dados robusto para que os encontros remotos fossem viabilizados. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano 2022, os municípios da região Amazônica apresentam entre 0 e 30% de escolas do ensino fundamental com acesso à internet; em oposição, os municípios do sul e sudeste são cobertos entre 70% e 100%⁵.

⁵ Ministério da Educação. (2023). *Censo escolar 2022*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf.

Neste último ponto, por exemplo, cabe adotar um olhar territorial que venha expor a importância das leituras espaciais nas estratégias de enfrentamento das distâncias geográficas por meio das tecnologias, uma vez que a realidade imposta pelas desigualdades espaciais, basicamente, trata-se de uma condição persistente. Nisto se justifica as abordagens iniciais que tiveram como intenção demonstrar o que significa o território amazônico para as políticas públicas, bem como contextualizar o lugar ocupado pelo Marajó.

Assim, importante contextualizar como o território marajoara passou a surgir no contexto nacional. Guimarães (2021; 2023) indica que o Marajó, em 2006, surgia no cenário nacional como lugar de abusos e exploração sexual infantil, revelando o funcionamento de uma rede de criminalidade. Posteriormente, em 2019, sob a “direção” de um governo federal reconhecidamente negacionista e genocida, retorna ao cenário do debate público, figurando como lugar de miséria e de desproteção da infância após as visitas da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que entendia que a construção de uma “fábrica de calcinhas” seria uma das estratégias para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região.

Passados poucos anos, no mês de outubro de 2022, em período eleitoral, mais uma vez a infância marajoara e o Arquipélago do Marajó retorna aos holofotes nacional com uma afirmação feita pela então ex-ministra, durante culto realizado na Assembleia de Deus, em Goiânia, de ter encontrado na “Ilha do Marajó” crianças, de 3 a 4 anos, traficadas, que teriam tido os seus dentes arrancados por seus estupradores para “não morderem na hora do sexo oral”, assim como afirmou ter encontrado vídeos de bebês de 8 meses sendo estuprados e vendidos por até 100 mil reais, afirmações essas que estamparam dos maiores aos menores jornais e mídias sociais do país (Guimarães, 2023).

Guimarães (2022; 2023), ao apresentar um dossiê a partir do vivido na região ao longo da pandemia de Covid-19 e da gestão bolsonarista, estando alicerçada em levantamento que teve como *corpus* as *webnotícias*, nos apresenta as arenas discursivas em disputa que se concentraram na infância marajoara, mais uma vez, de forma estereotipada, homogeneizando tanto as infâncias quanto o território e, assim, manipulando representações sociais que visavam dar holofotes, adensar os algoritmos e fomentar a máquina populista digital.

A pesquisadora, ao realizar levantamento de matérias entre os meses de outubro a dezembro de 2022, encontrou 57 matérias que atendiam a busca “crianças no Marajó” e “infância no Marajó”, sendo 20 referentes à última narrativa que se deu no período antes do segundo turno para as eleições presidenciais. A autora excluiu desse resultado matérias que correspondiam a replicações e cópias, logo existem muito mais registros de tais representações pejorativas quanto às infâncias marajoaras. Algo incomum quando procuramos sobre outras infâncias do país, tal como Guimarães (2022) afirmou.

Tais polêmicas transcorreram em momentos anteriores e após a eclosão da pandemia do novo coronavírus, em que as possibilidades de enfrentamento foram interrompidas pelas medidas de isolamento social e, conseqüentemente, a necessidade de adoção do trabalho remoto, gerando novos desafios para as políticas públicas que se dão nos Marajós. Os traumas impostos pelo chamado “novo normal” incluíam desde não poder sepultar as pessoas falecidas naquele momento até a intensificação de estado de luto pelos óbitos que estavam cada vez mais frequentes. A obrigatoriedade em se adaptar às relações de trabalho, utilizando o *home office*, apontavam, assim, novos modos de vida e práticas de trabalho que deveriam ser assimilados de maneira mais dinâmica possível, pois havia uma pressão de que “tudo” deveria continuar funcionando, independentemente dos abalos emocionais e psíquicos vividos.

Para os profissionais da educação, somava-se o peso das alterações nas metodologias pedagógicas que tiveram que ser assumidas quanto ao ensino remoto. Fato que explicitou as precariedades da educação brasileira, na qual as ações dos governos estaduais e federal tenderam a piorar a situação dos sujeitos envolvidos. E, naquele momento, muitos professores relataram sentir medo, apontando para as limitações ligadas ao isolamento social, a impossibilidade de visitas nas escolas, as grandes distâncias que deveriam ser superadas, além de terem que lidar com problemas associados às acessibilidades espaciais (precariedade de infraestruturas, o mau estado de conservação das redes urbanas ou rede de mobilidade urbana) (UFPA, 2021; Birman, 2020; Gonçalves, 2021).

As tecnologias, estas que até então eram somente usadas para navegação nas redes sociais ou, a depender da escola, serviam para o preenchimento do diário escolar, lançamento de notas e frequência nas aulas, passaram a ganhar novos contornos funcionais. Pois, na realidade, a intimidade deste profissional era com o quadro preto, giz ou quadro magnético e canetas, entre outros materiais escolares,

pensando em municípios considerados de pequeno porte e de baixos orçamentos para políticas sociais.

No período pandêmico, notou-se desmotivação, ansiedade e dificuldades de uma efetiva participação das aulas por meio das atividades remotas. E considerando-se os diferentes contextos sociais, pais, ou melhor, mães viram-se na tarefa de assumir atividades pedagógicas. Quando não a mãe, outros cuidadores tentaram lidar com mais um trabalho que fugia de seu escopo profissional. Câmara, Maia, Simas e Mascarenhas (2020) consideram que o ensino remoto provocou um aumento das desigualdades sociais e, talvez, até da exclusão. Quanto a isto, pesquisas feitas pelo IBGE, no início da pandemia, indicava que 40% dos estudantes de escola públicas não possuíam acesso à *internet*, seja por computadores ou *tablets*. Com a crise atual, certamente, este dado deve ter aumentado.

As desigualdades territoriais sempre foram um ponto de extrema gravidade dentro dos planos de concretização das estratégias delineadas por políticas públicas para a efetiva promoção dos direitos fundamentais em diversos locais do país. A implementação dos planos de políticas públicas precisa adotar estratégias regionalizadas e articuladas a um todo que dialogue com as ações nacionalmente. E considerando-se o antigo panorama político federal, marcadamente obscurantista, negacionista e genocida, inclusive, conceitos preconceituosos ficaram em bastante evidência. A esse respeito, Câmara et al. (2020) relatam que houve um aumento quanto aos posicionamentos (negativos) de senso comum que procuravam descredibilizar os professores, não havendo o reconhecimento do quanto estes profissionais foram sobrecarregados, com aumento de sua dedicação às aulas. Nesse processo de transição, professores(as) tiveram que se dedicar às aulas remotas e às aulas presenciais.

Neste ponto, é interessante ressaltar que as diferenciações entre rural e urbano para o caso dos Marajós é bastante problemática. Enseja-se tal entendimento, pois é necessário considerar que as chamadas escolas do campo, então amparadas pelo Decreto nº 7.352 de 4 de setembro de 2010 (Brasil, 2010), correspondem às instituições localizadas nas zonas rurais ou urbanas desde que preservem populações camponesas. A problematização está na consideração de que, devido ao processo tardio de urbanização, a lógica capitalista produziu espaços deficientes, onde permanece um *continuum* entre as zonas rural e urbano; além de uma forte sociabilidade entendida como rural dentro dos limites considerados urbanos.

A luta por uma educação do campo teve início na década de 1990, no interior dos movimentos sociais, contrapondo-se à noção de educação rural, então instrumentalizada a partir de um pacote educacional para as pessoas do campo fortemente pautado pela lógica produtivista. Uma educação desenvolvida a partir do esvaziamento de importantes debates quanto à intervenção crítica, criativa e transformadora da realidade (Pato, Paula & Santana, 2020).

A suspensão das atividades escolares da educação do campo, diante do período pandêmico, permitiu o aprofundamento das desigualdades e da exclusão. O acesso à educação do campo é um dever a ser atendido pelo Estado e um direito de todos. Não é mercadoria, e sim, experiência, intervenção criativa vivenciada por pessoas identificadas como camponesas no sentido de resgate e resiliência territorial. De confronto ao modo capitalista de desenvolvimento das forças produtivas (Pato et al., 2020).

A concepção de uma educação humanizadora e de promoção de ações educativas dos povos do campo implica confrontar os processos de desumanização, opressão, exploração e discriminação vivido por pessoas negras. Sabe-se que os grupos sociais mais vulneráveis tendem a ser os mais gravemente atingidos por epidemias e pandemias globais. Desse grupo, os quilombolas, os indígenas, as pessoas do campo, extrativistas, ribeirinhos, pessoas reassentadas e que vivem da agricultura familiar historicamente recebem pouca atenção do poder público (Pato et al., 2020).

Silva e Nazaré (2022) produziram um estudo analisando o Quilombo Caldeirão⁶, de Salvaterra (PA), no período de pandemia, no ano de 2021. O estudo teve como base entrevistas semiestruturadas junto a professores que apontaram com detalhes as novas dinâmicas nas práticas educativas. Estes profissionais, ao se adequarem a um novo formato de ensino, apoiando-se grandemente em tecnologias e recursos didáticos, foram obrigados a usar novas metodologias na prática educativa.

Os profissionais que ministravam aulas para a educação infantil, classe com 15 alunos, precisaram se preparar e realizar a compra de equipamentos tecnológicos, como *notebook* e impressora, e a adoção do aplicativo WhatsApp como recurso para a transmissão das aulas (Silva & Nazaré, 2022). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do ano de 2022 (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022a), quando levantadas informações

⁶ Certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) através da Portaria nº 162/2010, de 27/12/2010.

sobre os recursos tecnológicos por região, evidenciam as disparidades entre o Norte do Brasil e as demais regiões nos quesitos: acesso à internet de banda larga, lousa digital, internet e *tablets* para alunos e internet para uso administrativo.

As atividades impressas, no formato não presencial, eram desenvolvidas na residência dos alunos. Atividades que abordavam questões culturais e étnico raciais, através de contos (histórias) e vídeos. Dificuldades como a distância, o não acesso à internet e a falta de equipamentos tecnológicos da parte dos professores e das famílias dos alunos, evidentemente, tornou todo o processo mais complexo do que se poderia imaginar. Tais problemáticas estavam intimamente ligadas à falta de políticas públicas voltadas para a educação, bem como era uma resposta ao intenso processo de desvalorização do trabalho dos professores/ docentes (Câmara et al., 2020; Pato et al., 2020; Silva & Nazaré, 2022).

Diante dos aspectos indicados, é possível observar que as condições de precariedade vivida pela população marajoara foram intensificadas, sobretudo quando nos voltamos para o seu processo de amadurecimento cognitivo e intelectual por se encontrarem afastados das escolas e da possibilidade de um ensino que fosse remoto, apesar destes estabelecerem estratégias de aprendizagens cotidianas que envolvem as suas vivências em comunidade e as suas ancestralidades, próprias das dinâmicas ribeirinhas e quilombolas. Logo, também é importante ressaltar as estratégias de resistência a um quadro de vulnerabilidade que se faz histórico na região, em que educadores, famílias e crianças buscaram formas de superar as limitações causadas pela pandemia.

Considerações finais

Quanto à realidade das infâncias marajoaras, identificou-se que ocorreu o distanciamento das escolas, que foram adensadas pela exclusão digital vivida por nossas crianças e jovens, além da precarização das condições de trabalho dos professores. Se antes da pandemia os profissionais enfrentavam dificuldades para mobilizar a rede de proteção e alcançar crianças que estavam afastadas dos centros, verificamos que essa situação se agravou, pois, eles tiveram que restringir a sua atuação ao espaço institucional.

A criança marajoara, que possui como principal característica de sua infância o livre circular pelo espaço público brincando de bola, de esconde-esconde e de correr nas ruas, teve que se concentrar em sua casa junto aos seus responsáveis, que, em sua

maioria, não tiveram acesso à educação formal e que, possivelmente, tiveram dificuldades em assumir o papel de “tutor” no processo de ensino dessas crianças. A realidade das infâncias ribeirinhas é marcada pela distância dos centros urbanos, o que exige uma mobilização maior por parte dos gestores e profissionais que atuam na garantia dos direitos da criança e, conseqüentemente, do acesso à educação. De tal modo que as investigações das dinâmicas socioecológicas e socioespaciais nos fornecem subsídios necessários para promover uma ruptura com a visão dominante e homogeneizadora da forma-função de cidades das periferias capitalistas e, com isso, permite a superação do ideário de cidade da sociedade moderna. Como é possível observar, as funções são diversas e não homogêneas, sendo que uma cidade difere da outra.

O componente espacial, nesse sentido, se sobressai, sobretudo porque a localização espacial dos sujeitos interage sobremaneira nas estratégias de enfrentamento da pandemia. Principalmente ao considerarmos que os locais que são a periferia da periferia, como a Amazônia, são distantes dos principais serviços oferecidos por equipamentos públicos de saúde e ensino, de instituições financeiras (agências bancárias), além de uma forte propensão à exclusão digital.

As crianças marajoaras, antes mesmo da expansão dos SARS-CoV-2, eram atingidas pela fome, pelo trabalho infantil e pela exploração sexual, comumente apresentados pela mídia nacional de modo alarmante, criando formas estigmatizantes de se referir a infâncias que sofrem com as históricas mazelas sociais que atingem a região. Tal realidade demanda ações efetivas que possibilitem a garantia ao acesso a direitos, primordialmente, bem como a distribuição justa dos serviços públicos, não apenas para as capitais ou limites intraurbanos, mas que contemplem os grupos subalternizados localizados para além das áreas consideradas como urbanas e rurais, incluindo os territórios quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. E, sobretudo, que garantam políticas que visem fortalecer uma cultura de participação social, incluindo, as crianças marajoaras numa perspectiva pedagógica e democrática a fim de fortalecer presentes e futuros sujeitos de direitos engajados e empoderados.

Referências

Alma Preta. (2023, abril 3). Escolas precárias fazem quilombolas saírem de suas comunidades. *Cotidiano*. Recuperado em dia mês ano de <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/escolas-precarias-fazem-quilombolas-sairem-de-suas-comunidades>

Alves, O. J. A. (2020). *Desterritorialização produtiva no Marajó: análises geográficas no município de Breves pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015)*. Belém: Universidade Federal do Pará. Recuperado em 24.07.2017 de https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/924/1/Livro_DesterritorializacaoProdutivaMarajo.pdf

Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público (Tese de Doutorado)*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Bento, M. A. S. (2012). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.

Birman, J. (2020). *O trauma na pandemia do Coronavírus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Câmara, I., Maia, A. A., Simas, H. C. P., & Mascarenhas, S. A. N. (2022). Responsabilidade da administração pública, saberes docentes, educação escolar como direito humano: o desafio da infraestrutura para o ensino e estudo em cenários amazônicos (2020-2021). *Revista Conjecturas: Especial Educação em Análise*, 22(10), 352-372. <http://doi.org/10.53660/CONJ-1563-EDU29>

Cardoso, L., & Muller, T. M. P. (2017). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris.

Castro, E. (2008). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2022, julho). *Plano de ação CMDCA do município de Breves-PA (2022-2024)*. Breves: o autor.

Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed.

Davis, M. (2020). A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In D. Harvey, S. Zizek, A. Babiou, M. Davis, A. Bihr, & R. Zibechi, *Coronavírus e a luta de classes* (pp. 5-12). (s. l.): Terra sem Amos.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2014). *Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica*. Brasília: o autor.

Fundação Osvaldo Cruz. (2020a). *Crianças na pandemia do Covid-19*. Rio de Janeiro: o autor. Recuperado em dia mês ano de https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%CC%A7as_pandemia.pdf

Gatti, B. A., Barreto, E. S. S., André, M. E. D. A., & Almeida, P. C. A. (2019). *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: Representação da Unesco no Brasil. Recuperado em dia mês ano de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919?posInSet=2&queryId=N-EXPLORE-96d37a45-49a8-4aac-8a-44-65be2a2f5ee5>

Gonçalves, A. C. O., Cornetta, A., Alves, F., & Barbosa, L. J. G. (2022). Marajó. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia*. Brasília: o autor. Recuperado em dia mês ano de <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9677/1/Maraj%C3%B3.pdf>

Gonçalves, I. A. (2021). *Educação em tempo de pandemia: desafios e perspectivas*. Joinville: Areia.

Granada, D. (2020). A Pandemia como fenômeno social. *Blog do Grupo de Estudos Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia*. Recuperado em dia mês ano de <https://geict.wordpress.com/2020/05/01/pandemia-fenomeno/>

Guimarães, J. T. S. (2021). Direitos humanos de crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. *Revista Brasileira de História & Ciências*, 13(25), 1-37. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11990>

Guimarães, J. T. S. (2022). As infâncias/ crianças marajoaras nos websites de notícias do Brasil: caminhos para a construção de uma história do tempo presente. *Seminário de História da Infância na Amazônia - SHIA, Cametá, Pará, Brasil*, 4.

Guimarães, J. T. S. (2023). As infâncias/ crianças marajoaras nos websites de notícias do Brasil: caminhos para a construção de uma história do tempo presente. *Anais Seminário Grupos de Pesquisas sobre Crianças e Infâncias*, Curitiba, Paraná, Brasil, 8.

Harvey, D., Zizek, S., Babiou, A., Davis, M., Bihr, A., & Zibechi, R. (2020). *Coronavírus e a luta de classes*. (s. l.): Terra sem Amos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: o autor.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020, novembro 11). Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. *Agencia IBGE*. Recuperado em dia mês ano de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica 48*. Recuperado em 27 de novembro de 2023 de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Cidades*. Rio de Janeiro: o autor. Recuperado em dia mês ano de <https://cidades.ibge.gov.br/>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022a). *Relatório técnico município de Breves-PA*. Brasília: o autor. Recuperado em dia mês ano de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/sgdca-marajo/diagnosticos-municipais/breves#:~:text=DISTRIBUI%C3%87%C3%83O%20ET%C3%81RIA%20Em%20Breves%2C%2044.541,adolescentes%20de%2011%2D17%20anos \(era Brasil\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/sgdca-marajo/diagnosticos-municipais/breves#:~:text=DISTRIBUI%C3%87%C3%83O%20ET%C3%81RIA%20Em%20Breves%2C%2044.541,adolescentes%20de%2011%2D17%20anos%20(era%20Brasil))

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022b). *Relatório do exercício 2021 (Ano II): abraça o Marajó*. Brasília: o autor. Recuperado em dia mês ano de https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/copy_of_Relatorio-doexercicio2021V424MAR2022VERSAOFINAL.pdf

Miranda, E. (2009). Urbanização da Amazônia: o projeto pombalino e as pequenas cidades ribeirinhas. In S. Trindade Jr, G. Carvalho, A. Moura, & J. Gomes Neto. *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará.

Neri, M. C. (2020). Efeito da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro. *FGV Social*. Recuperado em dia mês ano de <http://www.fgv.br/cps/Covid&Trabalho>.

Pacheco, A. S (2011). E o negro vestiu o índio intercâmbios afroindígenas pela Amazônia Marajoara. *Anais do Simpósio Nacional de História*. São Paulo, SP, Brasil, 26. Recuperado em dia mês ano de https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855462_e885299525a0a6a62195a342cb242074.pdf.

Pacheco, A. S. (2023). As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de Contatos. Em D. P. Schaan, & C. P. Martins (Orgs.), *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: Universidade Federal do Pará. Recuperado em dia mês ano de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf.

Pato, C. M. L., Paula, M. V. G., & Santana, C. F. (2020). Tessituras sobre educação do campo e a educação ambiental para valorizar o espaço camponês. *Revista Multidisciplinar em Educação*, 7(17), 469-484. <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.3920>

Santos, W. O. (2019). Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais. *Revista do Centro de Ciências da Educação*, 37(3), 939-957. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e53329>

Schor, T., Costa, D. P., & Oliveira, J. A. (2009). Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In S. Trindade, G. Carvalho, A. Moura, & J. Gomes Neto, *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará.

Silva, A. N. B., & Nazaré, M. L (2022). Quilombo Caldeirão e a Educação em Tempos de Pandemia no Marajó. *Anais do Seminário Internacional de Linguagens, Culturas, Tecnologias e Inclusão*. Castanhal, PA, Brasil. Recuperado em dia mês ano de <https://www.even3.com.br/anais/iisilicti/482366-QUILOMBO-CALDEIRAO-E-A-EDUCACAO-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA-NO-MARAJO>

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. (2021). Relatório projeto fortalecimento da educação dos Municípios do Estado do Pará: etapa Marajó. Belém: o autor. Recuperado em dia mês ano de <https://www.cnptcbr.org/wp-content/uploads/2022/07/Relat%C3%B3rio-MARAJ%C3%93.pdf>

Universidade Federal de Pelotas. (2020b). *Covid-19 no Brasil: várias epidemias num só país: primeira fase do Epicovid19 reforça preocupação com a região Norte*. Pelotas: o autor. Recuperado em dia mês ano de <https://wp.ufpel.edu.br/covid19/files/2020/05/EPI-COVID19BR-release-fase-1-Portugues.pdf>

Velasco, C. (2023, julho 27). Censo do IBGE: quase um terço dos quilombolas do Brasil mora na Amazônia Legal. *G1 Economia*. Recuperado em 28 novembro de 2023 de <https://g1.globo.com/economia/centro/noticia/2023/07/27/centro-do-ibge-quase-um-terco-dos-quilombolas-do-brasil-mora-na-amazonia-legal.ghtml>

Vieira, I. C. G., Ferraz, D., Pereira, F., Magno, C., Ramos, C., & Leão, C. A. S. (2020). *A pandemia de Covid-19 no Marajó: novas estimativas até junho/2020* (Nota técnica no. 3). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Recuperado em dia mês ano de <https://www.museu-goeldi.br/noticias/nota-tecnica-panorama-da-covid-19-nos-municipios-do-marajo/nota-tecnica-a-pandemia-no-marajo-novas-estimativas-ate-junho-2020-10-de-julho.pdf>

Submetido em: julho de 2023

Aceito em: novembro de 2023

Sobre as autoras

Gisele Joicy da Silva Guimarães

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA). Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFPA na área de Concentração de Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia, na linha de pesquisa de Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

E-mail: gisele.guimaraes@itec.ufpa.br

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães

Doutora em Educação. Mestre em Serviço Social e Assistente Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta A da Faculdade de Serviço Social do *Campus* Universitário do Marajó/Breves da UFPA (FACSS/CUMB). Coordenadora do Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM). Líder do Grupo de Estudo em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM) e Docente do curso de mestrado profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá (PROFHISTÓRIA/UNIFAP).

E-mail: jacguimaraes@ufpa.br